



T2B07

A RECONQUISTA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS: UM PROCESSO URBANO E SOCIAL

Evelyn Furquim Werneck Lima

evelynw@rjnet.com.br

Espaços públicos do passado e as trocas de sociabilidade

Desde a antiguidade clássica, na Grécia do século VI A.C. já existia a preocupação com os espaços públicos. O nascimento deste espaço, primordial para os gregos, é contemporâneo ao reconhecimento do valor essencial da cidade e foi edificado em Atenas, próximo à Acrópole, como local de trocas e de cerimônias, constituindo um lugar de trocas de sociabilidade e de experiências cotidianas de vida. A Ágora, circundada de edifícios públicos, foi concebida no período helenístico com colunatas (*stoai*), próximas aos edifícios religiosos e profanos. Ao longo da história, este espaço público foi se transformando e assumindo os diferentes tipos de praças (GRESSET, 1992:24). A importância da rua como espaço público e das praças como local de convivência pode ser investigada em mais de dois mil e quinhentos anos de

história urbana. Nas cidades medievais italianas, como Siena, Florença e Veneza, a praça era o local dos jogos, dos torneios, das evoluções teatrais da *Commedia dell'Arte*. As ruas convergentes para as praças começam a funcionar como ruas comerciais, onde as pessoas permanecem, instalam estabelecimentos e habitações. Essas ruas e praças transformam -se em espaços de vivência coletiva, e, portanto, espaços públicos. Já no período renascentista os conjuntos clássicos de espaços públicos constituíam-se em geral no interior de edificações cujas fachadas eram estabelecidas em função das praças. A partir do Renascimento, entre os séculos XVI e XIX, foram muitas vezes projetadas nas principais cidades européias, destacando-se o, a Praça de Vosges, a Praça Vendôme, a Praça da Concorde, a Piazza Navona, a Plaza Maior, ou abertas como Capidoglio o e Praça do Comercio de Lisboa. Podem ser praças mais comerciais, como as italianas, as praças reais



francesas, sempre com uma estátua eqüestre central ou as *squares* britânicas, mas em cada uma delas foram elaborados projetos que se assemelham a conjuntos urbanos, espaços de intensa utilização, onde as várias classes sociais podiam transitar.

A grande mudança ocorre no século XIX, quando o aumento da população e as novas condições estruturais e sanitárias requerem grandes obras de infra-estrutura, equipamentos e locais de trabalho, que são de uso coletivo. Neste momento a metrópole passa a ser um exemplo das contradições do modo de produção capitalista. Percebe-se que a forma metropolitana de organizar o *habitat* humano não é adequada para a saúde física e mental dos indivíduos, e não tem participação direta coletiva. Um exemplo desta situação aleatória é o *flâneur* que perambula pelas ruas de Paris, perdido na multidão, estudado por Walter Benjamin. (1936) David Harvey elaborou uma metáfora apurada quando comparou a cidade a um teatro onde e os lotes urbanos às poltronas: os últimos espectadores a chegar ao teatro ocupam sempre os piores lugares. Isto significa que a cidade capitalista foi loteada segundo um valor de

troca e não mais um valor de uso. As contradições da cidade estão explícitas também na qualidade dos espaços públicos ofertados às populações que habitam as áreas nobres, onde no final do século XIX são projetados jardins botânicos, praças arborizadas e bosques, enquanto que nas periferias, os espaços públicos bem cuidados são quase sempre muito raros. A cidade era até então o abrigo das populações burguesas e aristocratas, mas com a Revolução Industrial surgiu a crescente massa proletária e as novas demandas urbanas, especialmente o saneamento e o abastecimento d'água.

Nos locais públicos centrais, a vivência e apropriação da visualidade do espaço público eram envolvidas pela intensidade do olfato que se espalhava na atmosfera convidando a estar e contemplar. Os bondes, inicialmente funcionando por tração animal e posteriormente com uso da eletricidade faziam-se presentes e necessários, não apenas como transportes coletivos, mas também, como elementos que permitiam a contemplação dos odores da cidade, tal como se o habitante da cidade estivesse nos séculos anteriores, visto que os bondes eram um meio de transporte aberto e ventilado. Lucrecia



Ferrara analisa a questão em relação a São Paulo e constata que mesmo mais tarde, quando os animais foram substituídos pela eletricidade, “a cidade continuava impregnada pela densidade olfativa, agora comandada pela combustão da gasolina ou de outras químicas, responsáveis pelo movimento dos primeiros e ainda raros veículos motorizados que extasiavam os transeuntes”.(FERRARA, 2000:135) Além da visualidade, e do olfato, havia o elemento tátil que era o próprio subir naquele meio de transporte - não ainda traumatizado pela velocidade que se apropriaria dos ônibus. Os pontos dos bondes, ao menos no Rio de Janeiro, eram também pontos de encontro de vizinhos que aguardavam o transporte que os levaria ao trabalho e à casa.

Frederico Holanda investigou os modos de apropriação efetiva do espaço, já no século XX, registrando quantos, quando e quão freqüentemente as pessoas estão presentes nos lugares em questão em função dos vários aspectos da organização social. Sabe-se que as classes populares utilizam com mais intensidade os espaços livres de uso coletivo do que as classes média e alta cuja rede de relações se constrói mais em espaços fechados e

privatizados. É fato também que as o período de tempo livre dos habitantes da cidade transferiram-se do tempo passado nos espaços públicos entre jogos, namoros, conversas, para o interior das moradias, em frente à televisão e ao computador. Holanda compara dois tipos de espaço na cidade: a rua tradicional definida pelas unidades domiciliares ou por edifícios voltados para ela, e os condomínios fechados, (HOLANDA, 1985: 125) Entendo que nos conjuntos habitacionais as altas torres ou lâminas deixam espaços livres que não constituem verdadeiros espaços públicos, visto que atendem apenas aos proprietários ou locatários locais.

A cidade modernista: o espaço público como forma residual

Hoje é uma constante no meio acadêmico constatar que as catástrofes sociais ocorridas desde o pós-guerra devem ser atribuídas à hegemonia absoluta da standardização e aos princípios puristas do Movimento Moderno no domínio da habitação popular. A construção de bairros de baixa-renda autônomos, auto-suficientes, produziu a re-divisão dos lotes justaposta, ocupados por extensas



barreiras de lâminas de unidades habitacionais ou de torres, deixando entre eles terrenos vazios e ermos. Maximilien Fucas revela o interesse que pode ter a periferia das cidades. A observação feita na investigação daquele urbanista revela que o mais importante nestes bairros é a cidade dentro da cidade(FUCSAS, 1986: 81).Tal como nas nossas periferias, ou nas favelas das áreas nobres da cidade, há falta de espaços públicos e o lazer é improvisado. Entretanto, existe vida intensa, complexa e intrigante, repleta de comércios, de bares onde as idéias fluem e os indivíduos se relacionam. Infelizmente constata-se que as periferias em quase todos os países do mundo são cidades – dormitórios, mas que aos domingos apresentam uma população alegre que se diverte nos espaços públicos. Seria necessário desenvolver um trabalho social e urbanístico mais aprofundado nas periferias, buscando integrar a cidade como um todo. Ao contrário dos tecidos urbanos onde a setorização e discriminação de usos ditada pelos códigos de obras criou espaços especializados, os críticos ao Movimento Moderno destacam com precisão a questão da multifuncionalidade e a importância da integração das funções econômicas, sociais, de trabalho, de

moradia, de cultura e de lazer, para conferir uso contínuo nos espaços públicos.

Bernard Huet também defende a necessidade de revisão das formas de urbanismo desenvolvidas nos últimos 50 anos e que tem sido reproduzidas sistematicamente, apesar das críticas e avaliações que a perspectiva histórica permitiu elaborar. A dicotomia centro versus periferia ocasionou verdadeiras cidades partidas. Nos centros históricos das cidades mais antigas, o tecido urbano com densa e complexa morfologia apresentava espaços públicos, não apenas lugares de convívio e troca, mas, sobretudo, lugares nos quais se desenvolvia a aprendizagem civilizadora e cultural dos habitantes. Para Bernard Huet, a cidade é a mais alta criação do homem, constituindo uma forma superior do contrato social. Para este autor uma cidade não existe sem contrato social. (HUET, 1992: 154)

Vale ressaltar que, como resultante dos conceitos ditados pelo Movimento Moderno, as leis e os códigos do urbanismo que hoje regulamentam a maior parte das cidades, apenas se dedicam a criar mecanismos para solucionar problemas da densidade e da ocupação do solo - coisas



que pertencem ao domínio privado, sendo esses instrumentos jurídicos totalmente mudos a respeito de duas coisas: a forma da cidade e o espaço público. Não há nos códigos de uso e ocupação do solo referências explícitas aos espaços públicos. Ao se observar o mapeamento dos cheios e vazios num estudo morfológico da maioria das cidades verifica-se, no negativo, que os espaços públicos são residuais. E o espaço residual é condenado a não ter forma. É o espaço sem forma própria, sem sistema simbólico preciso, em geral sem qualquer nome.

O espaço verde sem uso e sem função

A cidade que interessa é a cidade ao longo da história, é a cidade tal qual a herdamos, como propôs acertadamente Lewis Mumford (1965), e se formos conscientes do tempo enorme que toma uma cidade para se fazer, do tempo acumulado, da longa duração estudada por Fernand Braudel que situa o tempo urbano no tempo longo, visto que passa praticamente por todas as camadas que constituem a estratificação de uma cidade construída, o surgimento de uma memória coletiva que vai lentamente

incorporando ao passado novas edificações que não significam exatamente o processo de renovação total desejado pelos astros do *star system* do Movimento Moderno.

O urbanismo moderno eliminou o espaço público da “rua–corredor” para criar, entre torres e lâminas, vazios amorfos chamados de “espaços verdes”, praticamente inutilizados pelos residentes da área. Como afirmou Jane Jacobs desde os anos 1960, espaços mortos onde grupos de delinquentes podiam dedicar-se ao consumo de drogas. Esta autora é quem sugere o retorno da rua tradicional como espaço lúdico e de trocas de sociabilidade, onde todos se conhecem, onde as edificações não são afastadas das divisas e o “olho da rua” é o principal fator que mantém o controle do espaço público. (JACOBS, 1961)

Para a maior parte das pessoas, o espaço público tem uma dupla definição, e esta se faz por oposição ao espaço privado. Essa definição simples refere-se ao uso do espaço e seu caráter jurídico. Ou bem ele pertence a alguém, ou pode ser utilizado por qualquer pessoa. Mas há situações especiais em que o espaço privado pode ter uso coletivo como ocorre nas *Passagens*



através de prédios parisienses que eram todos privados e onde Walter Benjamin explora o caráter lúdico e de sociabilidade das ruas internas, cobertas por clarabóias de vidro e metal, repletas de transeuntes e até mesmo de *flanêurs*.

Como transformar periferias em espaços de centralidade?

O caos visual, os tecidos esgarçados com vazios urbanos e estruturas fabris abandonadas surgem a cada dia nas periferias das cidades. Em especial nas cidades brasileiras as periferias são espaços problemáticos tanto no que tange ao urbanismo quanto ao social. Falar dos intra-urbanos de Correa. Mas não passaram a constituir espaços públicos. Há dificuldades em estabelecer os limites dos bairros e existe falta de hierarquia visual. As praças são raras. Nos centros de bairro onde foi aplicado o PROJETO RIO - Cidade, no Rio de Janeiro, fortaleceram-se as centralidades. Mas visualmente, fora dos logradouros onde houve a intervenção, não há uma forte imagem visual. A periferia é muito similar em qualquer das situações geográficas dentro do município. Segundo Bernard Huet, o Desenho Urbano ainda é uma ferramenta eficaz para solucionar a

ruptura e a fragmentação do espaço urbano, mas como solucionar os problemas sociais que empurram os habitantes de menor renda para as áreas mais longínquas na periferia da cidade? Os encontros e os laços sociais que podem ocorrer nos espaços públicos têm sido reduzidos pela má projeção e pela insegurança atual destes espaços, em especial nas grandes cidades. O projeto é um movimento real (um trabalho e um jogo) que articula e agencia os movimentos reais mais virtuais implicados num objeto futuro, no edifício a construir, movimentos de habitação e de passagem que constituem o valor de uso de um espaço. Os antigos arquitetos falavam de seu trabalho em termos de “meditação de uso”, enquanto no projeto espetacular contemporâneo só o que conta é o valor de troca como a especulação imobiliária e a exploração do solo. Sendo o espaço uma condição universal e pré-existente do trabalho, ele é, desde logo, um valor de uso, um bem de utilidade geral. (GOETZ, 1998:78)

Como afirmou Meyer em recente Seminário, “a erosão da vida pública e do espaço público constituem dois processos recíprocos, e dificilmente saberemos qual



deles abriu o caminho para o desgaste”. A recuperação de um implica obrigatoriamente a retomada do outro. “Como criar uma boa e bela praça, se não conhecemos o modo de vida daqueles a quem se destina” ? (MEYER, 2002:186)

Discutindo alguns conceitos

No Rio de Janeiro, a ampliação do uso do espaço público desde o final do século XIX, em especial das praças, contribuiu para conferi-lhe identidade conforme a ambiência e as edificações circundantes. No imaginário dos habitantes das cidades, fossem eles aristocratas, comerciantes ou escravos, concebiam-se inter-relações entre praças, ruas, largos e a principal tipologia arquitetural, ou seja, o elemento mais dominante da paisagem edificada que caracteriza os espaços urbanos. Estudei duas praças, formadas em diferentes momentos, mas que assumiram papel de pólos de lazer, onde o indivíduo participava da vida pública, fosse nos jardins, fosse nos inúmeros teatros, e, mais tarde cinemas implantados em seus arredores. Destruir e reconstruir tem sido a marca da modernização, e muitas construções que constituíram marcos do espaço público foram demolidas ou substituídas,

modificando a imagem da cidade (LIMA, 2000: 19) .

A construção de qualquer prédio é um fato novo na história da cidade, pois modifica e altera o espaço e a percepção do indivíduo, além de estimular o imaginário coletivo. (LIMA, 2000: 24)A busca do sentido depende do “grau no qual o espaço edificado pode ser claramente percebido e mentalmente diferenciado e estruturado no tempo e no espaço por seus habitantes, e o grau em que essa estrutura mental se conecta com seus valores e conceitos” (LYNCH, 1981: 90), ou seja, o ajuste entre a ambiência, nossas capacidades mentais e nossas construções culturais.

Não é possível considerar os espaços públicos apenas como produtos de um desenho urbano, de uma forma urbana tridimensional, visto que os fenômenos físicos não agem sozinhos como se fossem agentes históricos. É necessário conceber uma relação constantemente renovada entre a morfologia propriamente dita, a morfologia social e as representações, conforme sugere Marcel Roncayolo, para quem a representação da cidade não escapa a determinações mais abrangentes e principalmente à idéia que têm as



sociedades de seu próprio espaço e do espaço em geral. (RONCAYOLO,1990: 161)

Para entender o comportamento das camadas sociais nos espaços públicos praças, ruas e bares e nos espaços semi-públicos dos teatros, cinemas e *shopping-centers*, pode-se buscar conceitos nos estudos de Jurgen Habermas, no que se refere à redução da esfera privada dos círculos das famílias, em detrimento do tempo ampliado do uso dos espaços públicos, visto que este autor aprofunda o estudo do comportamento dos indivíduos durante o tempo de lazer. Ele investiga a gênese da esfera pública burguesa na Europa, analisando como esta se consolidou. Sustentando que, até o século XVIII a esfera pública havia sido considerada esfera do poder público, Habermas detecta, a partir de então, ser a esfera pública o fórum para o qual se dirigiam “as pessoas privadas”(HABERMAS, 1984).

Já os conceitos abordados por Henri Lefebvre quanto ao espaço podem ser assim resumidos: a) os *espaços de representação*: o espaço vivido através das imagens e dos símbolos que o

acompanham, portanto espaço “dos habitantes”, dos usuários, mas também de certos artistas e talvez daqueles que descrevem e acreditam que somente descrevem: os escritores e os filósofos. É o espaço dominado, portanto experimentado, que tenta modificar e apropriar-se da imaginação. Ele recobre o espaço físico utilizando simbolicamente seus objetos (LEVEBVRE, 1986:). b) as representações do espaço: o espaço dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas e empreendedores, identificando o espaço vivido e percebido ao espaço concebido. É o espaço dominador de uma sociedade. As concepções do espaço se estendem na direção de um sistema de signos verbais, portanto elaborados intelectualmente.

Entendo que nos jardins da Praça Paris, da Praça Floriano e no Passeio Público, por exemplo, ocorreu o processo induzido pelos governantes de projeção do espaço público como ideologia, como representação do espaço onde o poder estatal estava intervindo. Já na Praça Tiradentes, antigo Rossio da Cidade, o espaço foi sendo moldado ao longo de cento e cinquenta anos, transformando-se para abrigar teatros e cinemas, para abrigar



artistas e teatrólogos, para servir de encontros em todas as camadas da população, sendo, portanto, segundo Levevre, um espaço de representações sociais.

Considero que no campo da linguagem, a arquitetura seja pura representação, constituindo – se em signos de relações entre o homem, o espaço e o tempo. Em relação ao espaço, esse conhecimento se dá sempre que o homem intervém transformando o espaço por meio do projeto ou do uso cotidiano. Tal como Ferrara, concordo que em relação ao tempo, esse conhecimento se dê como decorrência da intervenção anterior capaz de assinalar as diferenças dos tempos e criando as dimensões da história que narra a mais rica experiência informacional que já foi dada ao homem viver (FERRARA, 2000:158). Reconsiderando os conceitos, pode-se entender a arquitetura como organização do espaço nos tempos históricos. O ideal seria se a arquitetura nascesse dos espaços públicos consolidados ao longo do tempo e que estes fossem dotados de uma forma precisa e predeterminada que indicasse a disposição dos espaços privados e ordenasse os objetos arquitetônicos. E,

partindo do princípio que os espaços públicos devem ter uma função reguladora e ordenadora, suas formas não podem depender de uma concepção singular ou de uma criação individual, como no caso de indivíduos arquitetônicos que se inserem na paisagem em detrimento da forma consolidada do espaço público. Os espaços públicos não funcionam de modo isolado, eles são sempre parte de “um complexo sistema contínuo e hierarquizado. É pela continuidade da rede dos espaços públicos que a cidade vai tomando a sua forma, é pela permanência no tempo dos espaços públicos que uma cidade constitui sua memória” (HUET, 1993: 148).

Se a linguagem nomeia aquilo que é uma experiência - o que existe enquanto se experimenta um espaço? Na fruição de um espaço não existe apenas aquilo que é visível ou apenas a legibilidade. Interferem nesta experimentação a acústica, a cinestesia, e o odor. O visível é uma espécie de percepção clássica do espaço, através das avaliações mensuráveis e dos desenhos urbanos, que ignoram a apreensão do espaço através dos demais sentidos além da visão. O espaço arquitetural é ligado ao mesmo tempo ao corpo daquele que se desloca num



determinado espaço. Os ruídos das crianças brincando numa praça, os realejos, os cheiros de pipoca e algodão doce, as ondulações dos bancos em granito apicoado, a presença da frescura em espelhos d'água, são aspectos de apreensão dos espaços públicos que ficam na memória e se associam tanto no espaço quanto no tempo. A decisão de inserir obras de arte ou um edifício monumental no espaço público exige que anteriormente se tenha procedido a uma avaliação correta das pertinências monumentais do espaço público. Obras de arte espalhadas de forma aleatória sobre a cidade perdem sua força e seu significado.

O que fizemos de nossos espaços públicos?

Re-urbanizada pelo Prefeito Pereira Passos, a área central do Rio de Janeiro na primeira década do século XX, teve criados e re-projetados muitos espaços públicos, com a haussmanização da cidade onde se implantou um bulevar: a Avenida Rio Branco. Pode-se perceber pelas fotografias que o plano horizontal dos gabaritos era de cerca de seis pavimentos tal como Paris. Como havia ainda poucos automóveis, a

própria avenida era um espaço de passeios e de encontros, representava a imagem das grandes extensões percorridas a pé, no passeio protegido pelas árvores do canteiro central. O verde coloria o percurso e impunha-se à visão, tornando mais íntimo o espaço e aproximando a cidade da escala humana, incentivando a esfera pública, que, naquele momento se ampliava com a frequência das mulheres nos bares, confeitarias e cafés intelectuais.

Essa proteção da escala humana fazia com que o espaço público se fizesse notado e utilizado. A rua, a avenida, a praça, o jardim, o passeio eram os espaços do coletivo, da mescla de pessoas, de hábitos, de opiniões, da apropriação conjunta. Naquela época, tanto o Passeio Público, como a Praça Tiradentes e a Marechal Floriano (Cinelândia) representavam verdadeiros locais de discussão em espaço aberto, uma verdadeira *Agora* na então Capital Federal (LIMA, 2000). Definitivamente, o espaço da cidade oferecia, em público, o conforto da intimidade: a rua, a avenida, a praça eram espaços de estar; ver e sentir e estavam muito distantes da funcional artéria destinada ao deslocamento; diferiam, em todo o sentido, daquilo que tem sido



apontado como sinal de decadência do público em favor do espaço privado, como afirma FERRARA em relação a São Paulo. (FERRARA, 2000: 134)

Hoje, em pleno século XXI, a população da cidade se pergunta: o que aconteceu com a Praça Paris, com o Passeio Público, com a Praça Tiradentes e todos os antigos espaços coletivos do Rio de Janeiro? Como podem os habitantes da cidade usufruir jardins e áreas livres sentados nos bancos ou praticando esportes, se as altas grades impedem o livre acesso? Com o título sugestivo “ Nas grades, o paradoxo de uma cidade em pânico” o articulista do Jornal O GLOBO de 19/05/04 comenta uma exposição do escultor Raul Mourão no Paço Imperial, onde as grades se espalham por todas as partes. Elas não protegem nada, “são meras estruturas geométricas, brutas, monocromáticas, de formatos variados. Poderiam ser meras estruturas minimalistas, não vivêssemos em uma cidade como o Rio de Janeiro, totalmente entrecortada e protegida por grades”. O título da exposição é sugestivo, “Entonces”, pois mostra o pânico de uma cidade enclausurada. A mostra nos faz pensar sobre os caminhos e impasses da atualidade. A segurança do espaço privado

e a exclusão de alteridade são desafios a serem superados tanto pela arte como pelo mundo contemporâneo.

Gradeada a Praça Paris, gradeada a Praça Tiradentes, gradeados todos os espaços públicos da área central e dos bairros nobres da cidade, desaparece o convite para ingressar naqueles espaços. Os habitantes do Rio perderam seus espaços nobres pelo medo e pela violência urbana. Mas não seria bem mais adequado se os bairros periféricos pudessem usufruir também de muitos espaços como praças, parques olímpicos e campos de esporte, com lazer monitorado em conjunto pelos governos e pela sociedade?

Um dos procedimentos que também vem atingindo brutalmente os espaços públicos das praças e calçadas é o processo de privatização quase sempre ilegal do espaço público: o avanço irregular de avarandados de cafés e restaurantes sobre calçadas. As polêmicas varandas de restaurantes que têm sido construídas sobre as calçadas em vários bairros valorizados da cidade desrespeitam a legislação municipal sobre o uso do espaço público. E, quando isto ocorre em áreas contínuas de restaurantes, uma ilegalidade acaba por estimular a



outra. Nesse ritmo as calçadas passam a estreitar-se prejudicando a circulação dos transeuntes. Ainda por cima, quase todos os proprietários comerciais que avançam sobre a calçada, possuem coberturas retráteis e, em poucos anos, tomam posse real daquele dispositivo que deveria ser efêmero e que se apropria do espaço público, invadindo a calçada e gerando danos à ordem urbana.

Algumas considerações

A concepção dos espaços públicos hoje demonstra uma evolução. Aquela idéia tão recorrente nos anos 1960, de que as zonas destinadas aos pedestres eram perfeitas como espaço destinado unicamente reservado ao público, é hoje considerada uma zona de segregação rigorosa. Idealizadas para suprimir a confrontação entre os pedestres e os automóveis, estes espaços de pedestres, na prática, apresentam sérias dificuldades para a gestão e suscitam novos tipos de conflitos quando são objeto de atividades ruidosas, feiras, ou são ocupados por ambulantes. O ideal num projeto de espaço público é apenas reduzir os efeitos negativos da circulação de veículos, retirar das praças os terminais de ônibus, desenvolver espaços

para jogos, itinerários de passeios a pé ou de bicicleta, sem, no entanto, proibir o estacionamento de veículos. Além dessas precauções, torna-se importante para a imagem da cidade, trabalhar o espaço público, aquele das ruas, avenidas, praças e bulevares, através da organização e do design do mobiliário urbano. Os espaços das alamedas e dos jardins, tanto como dos monumentos e elementos construídos, caracterizam a cidade a qual pertencem. Os detalhes da implantação, da escala e do desenho do mobiliário urbano podem comprovar um projeto eficaz ou exprimir um problema do processo de projeção que será refletido por um uso inadequado dos equipamentos da cidade. (STARKMAN, 1993 : 7)

Os espaços públicos que interligam os espaços privados têm grande importância tanto para a vida cotidiana quanto para a paisagem e para a identidade cultural dos habitantes. Observei as vantagens obtidas com a transformação de uso de áreas degradadas de antigas fábricas desativadas que se transformaram em úteis e estéticos parques urbanos como ocorreu nos Parques de Bercy e André Citroen, em Paris, e em algumas áreas em desuso às margens do rio Ruhr, na Alemanha.



Os espaços públicos são fundadores e espelho de uma urbanidade exigente. Ruas, avenidas, largos, praças, cais, esplanadas são categorias de vias públicas que seguem um mesmo estatuto. As diferenças básicas entre cada tipo de espaço público são conferidas pela situação geográfica, relevo, orientação, lógicas do desenho inicial, mudanças históricas e evoluções técnicas. Os processos de parcelamento da terra definem quase sempre as formas de regularidade dos traçados, quando se trata de uma proposta progressista, ou de formas assimétricas ou geomorfológicas, quando se trata de uma proposta mais culturalista. Um projeto urbano, sobretudo um projeto referente a um espaço público, é um projeto forçosamente heterogêneo, porque a cidade, se desejar dar uma resposta certa a uma situação urbana, não é uma, mas múltipla. O que se ressalta é o significado das vias públicas, pois são elas que organizam a circulação, conduzem o movimento das multidões e permitem o encontro e as trocas.

A separação entre as calçadas e a caixa de rolamento, suas dimensões, a qualidade do material de revestimento, a implantação dos alinhamentos das árvores, a instalação da

iluminação pública, e a sinalização podem modificar a apreensão do espaço público e requalificar zonas da cidade. Mas dificilmente este processo ocorre em bairros de classe média baixa, onde o retorno dos impostos é quase nulo. E além do mais, depende da vontade dos políticos e não dos técnicos e urbanistas. Num período relativamente curto é possível transformar radicalmente uma estrutura política, mas é impossível fazer o mesmo com o sistema de cidades, que “depende de sedimentações históricas, onde sempre convivem formas em processo de superação e formas emergentes” (HOLANDA, 1985: 126)

Infelizmente constata-se hoje um esvaziamento do convívio em espaços abertos, que parece advir da intensificação dos meios de comunicação a distância, como a televisão e a Internet, que re-inserem o indivíduo em seu meio, porém um meio abstrato, um mundo de imagens, de representações, um mundo irreal que retira os habitantes das praças ou aumenta a periculosidade dos espaços, tamanha a violência importada pelos veículos de comunicação. É fato que as questões sociais mal resolvidas também contribuem para que se criem zonas perigosas nas



metrópoles. Mas se houver suficientes espaços com monitoramento das atividades esportivas e de recreação, podem ser reduzidos os índices de violência. Tal como sugere Jane Jacobs, a multifuncionalidade de usos e a importância da integração das funções econômicas, sociais, de trabalho, de moradia, de cultura e de lazer são fundamentais para um equilíbrio e o monitoramento dos espaços públicos.

A importância dos centros históricos deve enfatizada, mas isto não deve significar o a colocação de grades ao redor de todos os jardins históricos da cidade. O centro não pode ser visto como um espaço urbano autônomo, ainda que seus espaços públicos apresentem-se mais densos e contínuos. Esta continuidade de espaços públicos acaba por diferenciar os centros das periferias, cuja morfologia apresenta-se fragmentada e difusa.

A periferia, concentrando grande parte das moradias e comércio, É fundamental que a cidade seja idealizada como um todo, ainda que as intervenções sejam implementadas bairro a bairro. As intervenções urbanísticas devem atender a várias centralidades na busca do equilíbrio de toda a metrópole e o grande esforço dos governos e técnicos

deve ser criar espaços que não sejam nem públicos nem privados, mas coletivos, espaços de trocas e de cidadania, onde as diversas classes sociais possam usufruir cada equipamento. Somente o perfeito entrosamento entre a sociedade, os cidadãos propriamente ditos (*civitas*) e o solo urbano que ocupam, o espaço físico-territorial (*urbs*) poderá garantir a manutenção das melhorias elaboradas pelos governos e técnicos com participação dos habitantes, que terão orgulho de seus espaços públicos.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. (2000) *Os Significados Urbanos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp. (Acadêmica; 31).

FUKSAS, Maximilien. (1986) Le monumentalisme de la périphérie. In : DIVORNE, F. (org) *Ville- formes symbolique pouvoir*. Bruxelles: Mardarga.

GOETZ, Benoît. Naissances d'espaces: brève leçon bergsonienne sur l'architecture de la ville. In : YONES, Chris. Org. (1998) *Maison-mégalo*. Architectures, philosophies em oeuvre. Paris: Les Éditions de la Passion.

GRESSET, Philippe. (1993) . De l'Agora à l'espace publique. *Paris Projet* numero 30-31- Espaces Publics. N. 30-31.

HABERMAS, Jurgen.(1984) *Mudança estrutural da esfera pública*. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad. Flavio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

HOLANDA, Frederico. (1985) *Arquitetura como estruturação social. O espaço da*

cidade. Contribuição à análise urbana. FARRET. Ricardo Libanez. (org). São Paulo: Projeto. pp. 115-141

HUET, Bernard. (1993) Organização de espaços públicos em Paris. In: *Paris Projet* numero 30-31- Espaces Publics. N. 30-31, pp. 153-160.

JACOBS, Jane. (1961) *The Death and life of great American Cities*. New York: Random House.

LEVEBVRE, Henri. (1986) *La production de l'espace*, 3^a ed. Paris: Antropos.

LIMA, Evelyn F.W. (2000) *Arquitetura do espetáculo*. Teatros e cinemas na formação do espaço público das Praças Tiradentes e Cinelândia. Rio de Janeiro. Editora da UFRJ.

LYNCH, Kevin. (1981) *The good form of the city*. The MIT Press.

STARKMAN, Nathan. (1993) Introduction. *Paris Projet* numero 30-31- Espaces Publics. N. 30-31,

RONCAYOLO, Marcel. (1990) *La ville et ses territoires*. Paris: Gallimard.

YONES, Chris. (1998) *Maison-mégalo*. Architectures, philosophies em oeuvre. Paris: Les Éditions de la Passion,



Seminario de Arquitectura Latinoamericana

México, Oaxtepec Morelos



**Professora Dra Evelyn Furquim
Werneck Lima**

Arquiteta (FAU-UFRJ) Pós-Graduada em Urbanismo (FAU-UFRJ) Doutora em História Social (IFCS/UFRJ/EHESS). Bolsista Capes no Estágio Pós-Doutoral na Université Paris X, Pesquisadora do CNPq, Profa Adjunta da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Coordenadora da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto Metodista Bennett. Autora dos livros **Arquitetura do Espetáculo**. Teatros e Cinemas na formação do espaço público das Praças Tiradentes e Cinelândia. (Prêmio IAB-RJ 2000) e **Avenida Presidente Vargas**: uma drástica cirurgia (1990 e 1995). Organizadora de **Cidade e Espaço**: conceitos e leituras (2004), **Cultura, Patrimônio e Habitação**: possibilidades e modelos (2004) e de **Rio de Janeiro ao longo do tempo** (1992) . Foi diretora do Patrimônio Municipal do Município (1990-1992) e Assessor-Técnico do Conselho Municipal de Política Urbana (1993/1998). É membro titular do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural desde 2000. Venceu em dezembro de 2003 o Premio Antônio Pedro Alcântara de Patrimônio Cultural com **Patrimônio e Comunidade: metodologia de**

reabilitação urbana em centros históricos.

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
(e-mail evelynw@rjnet.com.br)
End. Residencial: Rua Ipanema 197/104
CEP 22 631-390
Rio de Janeiro